

# FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E ESCOLA: ENTRE A VIGILÂNCIA E A TRANSFORMAÇÃO

JIMENA DE GARAY HERNÁNDEZ<sup>\*</sup>  
ANNA PAULA UZIEL<sup>\*\*</sup>

## RESUMO

O texto, baseado em pesquisa realizada com filhas de famílias homoparentais, explora os diálogos e tensões que emergem entre os modos de fazer dessas famílias e a escola, entendidas como elementos condensadores de poder e saber que, por sua vez, se constituem e se apresentam de forma plural. O papel da escola na discussão sobre a temática da homoparentalidade tem se mostrado de pouco destaque, o que deixa ver que esse espaço, apesar da sua potência como instrumento, por ser de acesso universal, distribui, mantém e modifica a apropriação dos discursos de forma que se sigam as linhas de poder e saber que são politicamente convenientes para o sistema hegemônico, que continua a perpetuar a ideia da família nuclear e heteronormativa como o único modelo possível e desejável.

**Palavras-Chave:** famílias homoparentais; escola; filhas

## ABSTRACT

### HOMOPARENTAL FAMILIES AND SCHOOL: BETWEEN SURVEILLANCE AND TRANSFORMATION

The paper, based on research conducted with children of homoparental families, explores the dialogues and tensions that emerge from the "making-do" of these families and the school, understood as condensers of power and knowledge that, in turn, are constituted and present themselves in a plural form. The school's role in the discussion on the topic of homoparenthood has proved of little attention, which lets us see that this space, despite its power as a tool due to its universal access, distributes, maintains and modifies the appropriation of discourses so that the lines of power and knowledge that are politically convenient for the hegemonic system continue, which continues to perpetuate the idea of nuclear and heteronormative family as the only possible and desirable model.

**Keywords:** homoparental families; school; daughters

---

<sup>\*</sup> Mestra em Psicologia Social, coordenadora de projetos na Fundación Arcoiris por el Respeto a la Diversidad Sexual, na Cidade do México.

<sup>\*\*</sup> Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos (LIDIS/UERJ).

## INTRODUÇÃO

Este texto é um fragmento de uma pesquisa realizada com filhas de famílias homoparentais (DE GARAY, 2013). A família homoparental é caracterizada, inicialmente, pela homossexualidade dos pais e/ou mães. Dentro deste conceito, cabe uma grande heterogeneidade de composições, visíveis tanto no campo quanto na bibliografia sobre o tema: as crianças dessas famílias podem ser fruto de relações heterossexuais, de adoções por solteiros ou solteiras, de tecnologias de reprodução assistida ou de projetos de co-parentalidade entre gays e lésbicas (GROSSI, 2003) e, mais recentemente, de adoção por casais do mesmo sexo.

O termo homoparentalidade foi cunhado em 1996 na França pela Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas (APGL). A partir dele, mesmo que por um lado se procure combater a ideia de que existe algo específico na parentalidade exercida por homossexuais, sim se procura, com objetivos políticos, dar uma visibilidade a essa vivência (UZIEL, 2006) que, no final das contas, “nos obriga a repensar as categorias básicas de nosso parentesco. Ao afastar a discussão da “tradicional família nuclear”, isto é, da procriação sexuada e da filiação biogenética, essas ‘novas’<sup>1</sup> formas familiares sacodem as bases de nossas crenças no que é ‘natural” (FONSECA 2008, p.769).

Dentro do grande leque de possibilidades de configuração familiar homoparental, escolhemos como foco desta pesquisa as filhas de famílias homoparentais femininas (lesboparentais), ou seja, formadas por mães lésbicas, solteiras ou em casal. No entanto, existiram algumas exceções, como uma família onde a mãe biológica está no processo de transexualização para assumir a identidade masculina. Também, já que durante a convivência com as famílias se teve contato com alguns filhos de famílias homoparentais, certas experiências deles foram consideradas no contexto da pesquisa.

A pesquisa abrangeu um amplo campo de vivências dessas famílias, das quais nos aproximamos através de entrevistas e contatos no cotidiano, acompanhando idas à igreja inclusiva da qual algumas delas fazem parte, participação em eventos, convivência nos lares, dentre outras atividades do dia-a-dia. Ao todo foi possível

---

<sup>1</sup> No campo dessa pesquisa ficou explícito que as famílias homoparentais não são novas, mas que só agora estão ganhando visibilidade e reconhecimentos de diferentes tipos.

acompanhar parte da trajetória de catorze meninas, jovens e adultas, entre 5 e 50 anos. No entanto, neste texto específico, vamos focar nos diálogos e tensões que emergem entre os modos de fazer dessas famílias e a escola, entendida como um elemento condensador de poder e saber que, por sua vez, se constitui e se apresenta de forma plural.

### ***A escola como equipamento coletivo***

Diferente de quando Carolina (50 anos) e Carla (27), duas das filhas entrevistadas, eram crianças, atualmente existem mais possibilidades de discutir questões associadas à homoparentalidade com as crianças, tendo mais elementos à disposição, tanto no campo jurídico quanto na mídia, na religião e na própria escola. A inclusão dessas outras dimensões é fundamental, já que o reconhecimento jurídico e os direitos dele decorrentes não são suficientes para evitar o isolamento e a discriminação das famílias homoparentais (ZAULI, 2011), ações de sensibilização social em espaços como as escolas são fundamentais.

No entanto, isso não significa que discursos sexistas e heteronormativos não continuem permeando esses espaços, o que os constitui como equipamentos coletivos que perpetuam de certa forma a desigualdade em que algumas famílias se encontram. Dessa forma, observa-se uma moralidade que governa essas entradas na parentalidade, um escalonamento de reconhecimento e legitimidade.

Félix Guattari e Suely Rolnik (2011) definem os equipamentos coletivos como instituições onde se operam a formação coletiva dos fluxos de saber, as atitudes coletivas e os comportamentos de submissão às hierarquias. É a partir deles que se reproduzem os meios e relações de produção de subjetivações capitalísticas, de modalizações do ser humano instauradas desde a infância, através de sistemas de conexão entre as máquinas de controle social e as nossas percepções do mundo.

Conforme aponta Guattari (1987), é no cruzamento de determinações coletivas – sociais, tecnológicas, econômicas, culturais, educativas, religiosas, midiáticas, dentre outras – que a subjetividade se produz. Esses equipamentos se constituem como referências dominantes onde rupturas, surpresas, angústias, desejos, criatividade, dissidências devem ser encaixadas e classificadas, de forma a eliminar os processos de singularização.

Assim, neste texto se pretende aprofundar enunciados do equipamento escola que circulam nas vidas das filhas e filhos de

famílias homoparentais, destacando a forma como associam as práticas cotidianas com os discursos de poder que procuram normalizar essas sujeitas e suas realidades (FISCHER, 2011), puxar os fios que desenham os parâmetros estabelecidos e os aspectos normatizados a partir dos quais os corpos são governados. Nessas práticas, o que estabelecem os parâmetros educativos? Quais seus mecanismos de cristalização das experiências? Como se traduzem esses mecanismos nas experiências homoparentais? Como as filhas experimentam as normatividades? Como veremos, discursos e práticas não se articulam como estruturas maciças, mas como linhas de poder, saber e ética, de forma rizomática, interpenetrando-se, apoiando-se, reforçando-se, mas também se opondo e assim engendrando novas diagramações.

### ***A escola, vigilante da estrutura familiar***

O papel da escola na discussão sobre a temática da homoparentalidade e mais amplamente da sexualidade tem se mostrado de pouco destaque, o que deixa ver que esse espaço, apesar da sua potência como instrumento, por ser de acesso universal, distribui, mantém e modifica a apropriação dos discursos de forma que se sigam as linhas de poder e saber que são politicamente convenientes para o sistema (FOUCAULT, 2005).

Desta forma, como aponta Guacira Lopes Louro (1997), os dispositivos da escola – currículos, normas, procedimentos de ensino, materiais didáticos, entre outros - são constituídos e ao mesmo tempo produzem distinções de gênero, sexualidade, etnia e classe. No entanto, paradoxalmente, a escola tenta continuamente deixar a questão da sexualidade - e também de gênero, etnia e classe - de fora, ao não apresentá-la de forma aberta. Em outro texto (LOURO, 2000), a autora assinala que não é responsabilidade da escola e ela nem teria capacidade de explicar e determinar definitivamente as identidades sociais, mas seria preciso reconhecer que suas proposições, imposições e proibições se configuram como efeitos de verdade, constituindo parte significativa das histórias pessoais. Sobretudo em função da presença, inclusive cada vez maior, da escola na vida das pessoas desde tenra idade.

Marcio Caetano (2011) também assinala que os currículos escolares, as ações e as relações do cotidiano escolar são construídos pelos interesses da escola e do sistema educativo, que se sustentam sobre uma supremacia masculina e heteronormativa, e funcionam através da reiteração constante das fronteiras entre os

sexos e suas diferenças complementares, o que mantém a lógica da exclusão/subalternidade. Assim, o autor aponta que

na escola, ao isentar-nos de problematizar a supremacia numérica dos autores que são disponibilizados às bibliotecas escolares, a instituição universal do gênero masculino nos livros didáticos e acadêmicos, a nomeação dos sistemas sexuais como aparelhos reprodutores, a invisibilidade de coletivos de sujeitos nos conteúdos históricos e as inúmeras formas familiares, entre inúmeros outros exemplos, estamos cotidianamente alimentando com nossas práticas e omissões pedagógicas a lógica do sistema androcêntrico e heteronormativo (CAETANO, 2011 p.206).

Desta forma, a escola acaba por promover, com seus currículos e práticas cotidianas, uma série de situações de discriminação dirigidas a quem foge ao padrão heteronormativo. Professoras e professores, alunas e alunos lésbicas, gays, bissexuais e transexuais não só não são contemplados nos discursos, como são constantemente lembrados de que não fazem parte do legível. Assim, Camila (14 anos), cujo exercício da sexualidade é aberto a diferentes expressões de gênero, é constantemente questionada sobre sua orientação sexual ao não se encaixar nos comportamentos, gostos e relações considerados normais pelos e pelas colegas.

Como apontam Luiz Mello, Miriam Grossi e Anna Uziel (2009), as filhas e filhos de famílias homoparentais passam por diversos momentos de constrangimento, onde a criança ou jovem é assediada socialmente e seu ambiente familiar é “condenado, considerado moralmente insalubre e socialmente inadequado” (p. 172). Desta forma, os diversos atores da escola assumem o papel de vigilantes do “bom funcionamento” dessas famílias.

Primeiro, as autoridades das escolas aparecem como instâncias que julgam esse funcionamento. Por exemplo, em uma entrevista com uma diretora de escola apresentada no documentário brasileiro “Rua Paim” (2009), que retrata a vida de uma família com duas mães em São Paulo, ela diz que o comportamento dos meninos é esquisito e a explicação que ela encontra é que a família deles “não tem estrutura”.

Igualmente, uma integrante da igreja inclusiva que constituiu parte importante do campo desta pesquisa, falando sobre o casal gay de pastores, relatou que “quando os pastores adotaram o Gustavo (8 anos) ele já vinha do abrigo com tendências e práticas homossexuais. Então, os pastores sentiram necessidade de

escrever uma carta para a escola, falando que se o menino virar gay no futuro, não é culpa deles”. O fato de eles sentirem a necessidade de se justificar diante do medo socialmente construído e compartilhado sobre a possível transmissão da homossexualidade de pais para filhos parece um ato bastante violento com a família, com eles e com o menino.

O fato de a sexualidade das mães e pais lésbicas, gays e transexuais parecer ter tanto peso para a sociedade (e para a escola) levanta questões em vários sentidos: primeiro, como se a reprodução e a conjugalidade estivessem vinculadas de forma estreita, vínculo que pode ser dissociado através de vários fenômenos descritos por Luiz Mello (2005), tais como o resgate da legitimidade do prazer sexual, o que tem feito com que a sexualidade não seja restrita aos propósitos reprodutivos, generalizando-se as práticas sexuais antes, fora, dentro e depois do casamento. Também, os avanços científicos referentes aos métodos contraceptivos físicos, químicos e cirúrgicos, ao aborto e às técnicas de reprodução assistida dão conta da possibilidade de se envolver em uma prática sexual sem gerar uma criança, bem como é possível reproduzir sem relações sexuais, o que também acontece na prática da adoção. Por último, a dissociação entre conjugalidade e parentalidade na constituição da família fica explícita em vários formatos de família: casais sem filhos, famílias monoparentais, famílias onde os pais se separaram, famílias onde filhas e filhos de casamentos anteriores convivem com novas/os cônjuges, dentre outros arranjos familiares que proliferam.

Também é interessante questionar a suposta determinação da orientação sexual sobre o desempenho da parentalidade, que é um dos medos que a sociedade heteronormativa apresenta frente à homoparentalidade. Para isso, pode-se pensar que a noção de orientação sexual pode ser desconstruída, visto que não é fixa nem essencial para se pensar sexualidade, sendo possível escapar do binômio normal/desviante que marca este raciocínio. Portanto, se desmontarmos a necessidade de uma dada organização da sexualidade, se ampliarmos suas formas de expressão, fica difícil sustentar a ideia de que a sexualidade das mães e dos pais interfere, influencia ou até mesmo determina o exercício da parentalidade. A fluidez da sexualidade não pode ser reduzida a formas de condução da maternidade e da paternidade. Assim, podemos afirmar que os cuidados, as responsabilidades, e os afetos que marcam a parentalidade serão constituídos pela diversidade. Práticas que constituem parentalidades não estão relacionadas com

a vivência da sexualidade das pessoas adultas, como se fosse uma face aparte da vida do sujeito, mas com as experiências que nos formam ao longo da vida.

Igualmente, é possível questionar se, nas relações familiares cotidianas, a sexualidade das mães e/ou pais realmente tem tanta relevância. Ainda que, como aponta Marilyn Strathern (1995), a família seja entendida como fundada a partir do intercuro sexual entre mãe e pai, no cotidiano a maioria das filhas e filhos queremos que esses intercursos permaneçam na intimidade do quarto do casal. No entanto, no momento em que a sexualidade das mães/pais foge do padrão heteronormativo, parece precisar ser legitimada também pela prole.

Outro medo, talvez aquele ao qual a diretora do documentário se refere ao falar de “estrutura”, e a “falta de complementaridade dos sexos” nas famílias homoparentais, que supõe que as crianças não vão ter referências masculinas e femininas suficientes. No caso das famílias cujas parentalidades são exercidas unicamente por mulheres - sejam lésbicas ou não -, o medo é que a falta da figura masculina provoque problemas de ordem psíquica. Este discurso parece sugerir supostas totalidades de feminilidade e de masculinidade que se condensam em um corpo de homem (o pai) e um corpo de mulher (a mãe) e existem apenas no interior do lar. Como aponta Joan Scott (1990), o gênero se insere na experiência subjetiva da construção de si, mas também se relaciona com o poder político, pois “para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina” (p.17). Desta forma, os gêneros são entendidos como estruturas limitadas e opostas que se articulam a partir de corpos sexuados. Esse entendimento tem sustentado as instituições políticas que procuram impor limites sobre a complexidade que implica a vivência humana. Rogério Junqueira (2007) aponta que o sistema binário, disciplinador, normatizador e normalizador dá expressão social à heterossexualidade mediante e a partir da noção de que o gênero corresponde naturalmente a um sexo determinado, natural e dado e, portanto, deve existir uma coerência entre anatomia, comportamento, sexualidade e identidade.

Como apresenta Camila Pinheiro (2006) a partir de uma reflexão do pensamento de Anne Cadoret, o perturbador das famílias homoparentais é que elas não baseiam sua organização social em uma complementaridade biológica dos sexos e desafiam o posicionamento no mesmo eixo das esferas da conjugalidade, sexualidade, procriação e filiação. Desta forma, ao prescindir da

figura do pai, pelo menos na cotidianidade, essas realidades apresentam uma ruptura à lógica que limita toda vivência social, especialmente a da família, à oposição entre dois gêneros.

Nas realidades das famílias desta pesquisa, existem histórias onde o pai ainda faz parte do cotidiano, ainda que não more com as crianças, fato que acontece também em famílias heteroparentais. Em outros casos, o pai já esteve em algum momento, inclusive na construção da família, mas atualmente não está, o que não causa problemas necessariamente. Outras, independente da geração biológica, não tiveram em sua origem a figura de um pai, o que parece provocar curiosidade ao comparar a história de vida com outras apegadas à heteronorma, mas não apresenta problemas na vida da menina. Por outro lado, na vida das meninas há inúmeras referências masculinas na família extensa, na escola, na igreja, e em diversos espaços, onde, além das referências de feminilidade e masculinidade, os corpos das crianças são modelados pelos códigos partilhados nesses espaços. Desta forma, as negociações dentro destas famílias apresentam várias transformações, no sentido de desafiar a complementaridade dos sexos, o que não significa que em todos os casos se desafiem as figuras limitadas do campo visível dos gêneros e se realizem propostas alternativas à heteronormatividade.

Um último medo relacionado com a experiência dos pastores é que a sexualidade das mães e pais constituísse um problema para a sociedade, dada a suposição da transmissão da homossexualidade às crianças (DONOSO, 2002 apud SCHWARTZ, 2008). Esse medo, espalhado em distintos campos e sustentado em muitas ocasiões por um cristalizado discurso religioso – diferente daquele que esta igreja produz e reproduz -, é discutível em vários pontos. Primeiro, é importante sair da perspectiva adultocêntrica que entende as crianças como sujeitos passivos que absorvem tudo o que acontece no mundo onde se desenvolvem. Sugere-se, pelo contrário, considerá-las como atores sociais que participam de forma ativa, competente, criativa e construtiva dos processos culturais em que estão envolvidas. Também, importante lembrar uma observação recorrente no senso comum: que a maioria das pessoas homossexuais – incluindo as mães desta pesquisa – cresceu em famílias heteroparentais, ou seja, a homossexualidade das filhas e dos filhos, da mesma forma que a heterossexualidade, não é definida pela orientação sexual das mães ou pais. Igualmente, mostra-se nesta preocupação a heteronormatividade imperante na sociedade que, ainda que supostamente aceite a homossexualidade, continua considerando-a como não desejada ou anormal e, portanto, algo a ser evitado nas crianças.

## ***Coming out na escola***

Partilhando desses discursos e medos, as autoridades escolares se constituem como poderosos agentes de perpetuação da visão heteronormativa e a consequente exclusão das famílias homoparentais. É por isto que, como Mello, Grossi e Uziel (2009) apontam, muitas vezes as mães e os pais dessas famílias omitem certas informações da escola, o que poderia gerar o risco de que “a criança se veja esmagada entre a destruição identitária decorrente do segredo de suas origens e o assédio moral e psicológico derivado da homofobia dirigida a seus pais e mães” (p.172).

Assim, pessoas como Olga (31 anos) se mostram muito reservadas nos contatos com as direções das escolas das filhas, sentindo-se constrangida diante da possibilidade de expressar publicamente sua homossexualidade, ação denominada o *coming out*. Com isto, é difícil enxergar o limite entre privacidade e tabu, pois ainda que nenhuma família tenha que explicitar seus formatos e justificar seu funcionamento, a invisibilidade da diversidade familiar reforça o imaginário de que todas as realidades se encaixam ou deveriam se encaixar no modelo de família nuclear e heteronormativo – como se nele também não houvesse pluralidade.

Por outro lado, algumas famílias integram essas discussões nas escolas, não só em conversas com as autoridades, mas no cotidiano das salas e atividades escolares. Julia (40 anos) e Ingrid (33 anos), por exemplo, fazem questão de ir às reuniões de mães e pais como casal, o que no início foi difícil devido aos olhares das outras mães e pais. No entanto, com o tempo, entendem que sua presença tem trazido boas oportunidades de flexibilizar o pensamento da instituição, favorecendo discussões com as crianças sobre a temática. Desta forma, pode-se observar que muitas vezes as próprias famílias integram as temáticas aos espaços escolares, o que é interessante, pois as discussões partem das suas realidades. O risco é o entendimento de que é responsabilidade delas problematizar situações naturalizadas ou que são as únicas legítimas para abordar a questão. Para o casal, assim como para Laura, mãe de Camila (14 anos), é importante não só manifestar sua orientação sexual nesses espaços, mas também visibilizar sua configuração familiar. Assim, é interessante ver a orientação sexual como um assunto público e a lesbianidade/ homossexualidade como uma identidade política, não apenas como uma prática sexual (ALMEIDA, 2005), quebrando a dicotomia de público/privado. Daí a importância que o movimento de lésbicas tem dado ao *coming out*

nos serviços públicos (hospitais, condomínios, escola, mídia) e nos diferentes movimentos sociais.

Uma das situações privilegiadas para pautar o tema da homoparentalidade na escola é a comemoração do dia dos pais. Na pesquisa de mestrado de Daniele Andrade (2013), um casal de lésbicas relatou que, nessa comemoração, a escola as procurou para saber como se trataria o tema com os filhos gêmeos. Elas decidiram que os meninos fariam o presente e dariam para quem eles quisessem. Um deles deu para o avô e o outro para uma das mães. Dessa forma, não se excluiu os meninos da atividade grupal de elaboração do presente. Nesse caso, é importante observar que foi a escola que procurou as mães para pensar em uma resposta. No entanto, como elas narraram, a escolha da escola privada onde os filhos estudariam foi feita com cuidado e na busca de um ambiente receptivo para esse arranjo familiar.

Nesse sentido, é importante pensar que nem todas as famílias têm a possibilidade de escolher as escolas por diferentes razões, o que faz com que as filhas tenham que enfrentar ambientes educacionais que reforçam discursos e práticas conservadores. Isso aparece como um problema maior quando se trata do sistema público de educação que, por ser do Estado, é presumidamente laico e plural, diferente do que se vê em lugares como a escola pública de Camila (14 anos), onde ela percebeu, desde o primeiro dia, a imagem de Cristo na entrada.

Por outro lado, também é importante considerar que o conceito de escola não se refere unicamente ao sistema formal de ensino ministrado pelo Estado ou por instituições privadas. Considerando as articulações com outros discursos, vale a pena lembrar que grupos religiosos como a igreja evangélica inclusiva já mencionada também têm espaços, tempos e didáticas específicas para crianças, que constituem as chamadas “escolinhas da igreja” ou “ministérios infantis”. Nesses espaços, reservados aos trabalhos pedagógico-religiosos com as crianças<sup>2</sup>, se produzem e reproduzem discursos às vezes contrários ao ensinado nas instituições educacionais, o que vai gerando linhas de poder ou forças em cujos interstícios se fabricam subjetividades. Assim, neste caso, a

---

<sup>2</sup> Segundo a Igreja, “Desenvolver um ministério infantil bem-sucedido é um dos grandes desafios da igreja contemporânea. Mais que simplesmente entreter as crianças, o objetivo maior é o de transmitir princípios bíblicos que levem os pequenos a desenvolver um relacionamento íntimo com Deus” (<http://www.livrariaprimicias.com.br/livros/infanto-juvenil/4-principios-para-lideres-de-ministerio-infantil.html>, acessado 05/fev/2012)

homoparentalidade é um tema discutido e justificado na escolinha da igreja através de leituras alternativas de passagens bíblicas, vídeos e conversas, enquanto não é um tema que se discuta na escola. Por exemplo, Dakota (9 anos) já falou do tema em vários espaços, incluindo a igreja, a mídia e no interior da família, mas como a mãe, Julia, relata, a escola ainda não integrou a discussão ao cotidiano. Igualmente, em uma conversa com Dakota, aconteceu o seguinte:

Jimena: por que você acha que entrevistaram você tantas vezes na televisão?

Dakota: porque minha família é diferente

Jimena: por que é diferente?

Dakota: porque tenho duas mães.

Jimena: isso é muito diferente?

Dakota: não, que elas cuidam de mim do mesmo jeito, isso é o que digo para todo mundo.

Jimena: como veem isso na escola, quando você aparece na televisão?

Dakota: quando aparece, as professoras dão mais atenção, mas depois voltam a ser iguais.

Igualmente, é importante dar atenção à relação que as filhas e os filhos de famílias homoparentais estabelecem com as e os colegas nas escolas. Assim, pode-se pensar em várias histórias das sujeitas e sujeitos desta pesquisa. Por exemplo, Maira (12 anos) relatou o argumento que usa quando é questionada sobre sua família na escola:

quando minhas amigas me criticam, eu pergunto para elas quem elas preferem: a mãe ou o pai. Todo mundo diz que a mãe. Então, eu falo assim: 'imagina, eu tenho duas mães', isso é a melhor coisa do mundo, as mães têm amor para dar e vender, não poderia ter dois pais. Eu dou graças a Deus todos os dias por ter duas mães<sup>3</sup>.

Também, Dakota (9 anos) diz que não tem problemas com as e os colegas, que só uma vez não acreditavam que ela tinha duas mães e "ela teve que levar umas fotos" para comprovar essa realidade, diante do que várias e vários colegas expressaram o desejo de também ter duas mães. Nessa mesma conversa, Julia contou que quando Dakota era mais nova algumas crianças faziam piadas sobre sua família. Isso

---

<sup>3</sup> Nesta fala, é possível observar a tensão presente entre a desconstrução do discurso da complementaridade dos sexos e a naturalização e idealização da maternidade como a melhor forma de parentalidade.

inclusive está em um vídeo que Julia fez quando Dakota era mais nova, onde a menina conta como ela defendia suas mães e não deixava que as e os colegas as chamassem de “sapatão”, porque “não é um nome legal”, preferindo “lésbica” e “homossexual”. No entanto, no momento da entrevista desta pesquisa, Dakota não se lembrou dessa situação. Isso parece curioso no momento em que o comparamos com o caso de Camila (14), quem, falando do tema, também omite a história relatada pela mãe, Laura (37), que conta que quando a jovem era mais nova e estudava em uma escola privada, sofria de “bullying homofóbico” - termo usado por Laura, ou seja, era perturbada constantemente por “sua mãe ser sapatão”.

Dessa forma, as filhas não necessariamente ficaram marcadas por esses confrontos nas suas histórias, podendo sugerir que eles marcam mais a vida das mães ou pais do que das próprias crianças. No entanto, é possível pensar que o fato de não integrar essas situações nas narrativas não significa que não sejam relevantes, o que pode ser observado na postura mais reservada que várias filhas têm a respeito de falar das suas famílias com seus grupos de colegas, a exemplo de Cláudia (16 anos), que demorou um ano para falar sobre sua situação familiar com a sua melhor amiga e de Gisele (14 anos), que não gosta de convidar amigas e amigos para sua casa.

### ***A escola como campo de transformação***

Um medo latente entre as famílias homoparentais, observado no campo, sobretudo de parte das próprias mães e das avós, foi a discriminação que as filhas podem viver na escola, na rua, com colegas e em outros espaços. Aqui, parece pertinente lembrar um argumento que circula em diferentes espaços: lésbicas, gays e transexuais deveriam evitar ter filhas e filhos para poupá-los dessa discriminação. No entanto, sugerimos pensar que a responsabilidade por evitar que essas crianças sofram discriminação não deveria ser das mães ou dos pais. O que elas e eles podem prover são acolhimento, grupos de apoio, discussão e crítica do sistema hierárquico, mas espera-se que esse empreendimento seja da sociedade inteira, dando uma atenção coletiva à “busca de alternativas ao preconceito e à intolerância social” (MELLO, 2005, p.49).

Nesse sentido, é importante destacar que ainda que, como se disse anteriormente, essa responsabilidade também não seja unicamente da escola, ela poderia se configurar como um território de transformação social, onde não só se evitem confrontos diretos e discriminatórios, mas que incorpore como eixo de suas propostas

uma série de ações de promoção de uma sociedade onde a diferença não seja enxergada a partir da desigualdade.

quando a escola tematiza estas questões e problematiza preconceitos, transforma-se em um importante ator na promoção do respeito à diversidade sexual. Assim fazendo, a escola também contribui para a construção de uma sociedade democrática, da qual todas as pessoas e famílias podem fazer parte (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p.177).

Para tanto, sugere-se que esses movimentos sejam realizados em todos os níveis que a educação abarca: o sistema educativo como um todo, propondo conteúdos curriculares e elaborando materiais de ampla distribuição; escolas ou grupos de escolas com atividades específicas e na micropolítica da sala de aula e das reuniões de mães, pais e corpo docente.

Para isso, conseguimos identificar no campo algumas ferramentas de difusão da plasticidade sexual, familiar e de gênero, embora o acesso a elas e sua distribuição ainda sejam limitados, dependendo da abertura das famílias e das escolas. Por exemplo, Dakota (9 anos) falou de alguns filmes dos quais ela gosta muito, como “Medo de que”, filme de desenhos animados da produtora brasileira ECOS, que seria incluído no Kit Anti-Homofobia, projeto que tinha por objetivo sensibilizar as comunidades escolares sobre o tema da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, e que foi vetado pelo governo. Julia (40 anos) também falou do filme “Probabilidade”, desse mesmo Kit, que trata sobre a bissexualidade, o que pareceu importante para ela.

Especificamente sobre famílias homoparentais, existem filmes como o mexicano “La outra família”, o sueco “Patrik 1,5” e o estadunidense “Minhas mães e meu pai” e livros infantis brasileiros e internacionais, a exemplo de “Heather tem duas mães” e “O companheiro do papai e Jack” de Alyson Publications, ou “Olívia tem dois papais”, “Meus dois pais”, além de outros que incluem as famílias homoparentais dentro do leque de possibilidades, como “O livro da família”, “Cada família é de um jeito”, “O grande e maravilhoso livro das famílias” e “A família do Marcelo”<sup>4</sup>. Esses últimos livros são

---

<sup>4</sup> **Olívia tem dois papais.** LEITE, Márcia. Companhia das letrinhas. 2010

**Meus dois pais.** CARRASCO, Walcyr. Ática. 2010

**Cada família é de um jeito.** ABREU, Aline. DCL. 2006

**O grande e maravilhoso livro das famílias.** HOFFMAN, Mary e ASQUITH, Ros. SM. 2001

**A família do Marcelo.** ROCHA, Ruth. Salamandra. 2011

**O livro da família.** PARR, Todd. Panda Books. 2009

interessantes porque tratam a diversidade de uma forma muito abrangente e divertida, mostrando como as particularidades oferecem uma riqueza à vida familiar. Essas particularidades cruzam raça, orientação sexual, origem da filiação e até alimentação, o que traz uma visão muito interessante e com a qual crianças e pessoas adultas podem se identificar. Esses materiais podem ser utilizados tanto dentro das famílias quanto nas escolas, de forma que a discussão sobre o tema tenha diversos elementos e linguagens.

Desta forma, sugere-se que o tema da diversidade sexual seja tratado com maior diálogo nas escolas, com apoio de diferentes referenciais midiáticos e literários, com a finalidade de atingir não só as crianças de famílias homoparentais, mas todas. A partir dessa provocação, realizamos com outras colegas um pequeno projeto de pesquisa-intervenção em uma escola da Rede Pública de Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro, chamado “Lendo, pensando, criando, as famílias são muitas!!!”. Achamos pertinente apresentar o leque de possibilidades de configuração familiar nas escolas, pois é ali onde muitas noções sobre o mundo são discutidas pela primeira vez; onde as crianças observam outros modelos além dos vivenciados nas suas famílias.

Nosso objetivo era possibilitar a discussão da diversidade de famílias através da leitura, promovendo uma reflexão sobre as infinitas formas de invenção de si e das relações com os outros e com o mundo. Realizamos uma oficina de três sessões com duas turmas do terceiro ano do ensino fundamental, nas quais oferecíamos às crianças livros sobre diferentes temáticas relacionadas à diversidade familiar, tais como divórcio, adoção e homoparentalidade. A partir desses dispositivos, as crianças fizeram cartazes, montaram cenas com massinha e prepararam esquetes em grupo. A abertura relativa a essas temáticas foi visivelmente propiciada durante as sessões e através do trabalho coletivo de reflexão, transcendendo para outros momentos com as professoras que, previamente, junto com a direção da escola, já tinham expressado a falta de conteúdos a respeito do tema e o pouco preparo que sentiam ter, o que provoca pensar que esse tipo de trabalho nas escolas é fundamental.

### ***Comentários finais***

A partir da convivência com essas meninas e mulheres, não é possível ignorar os confrontos que as filhas e os filhos de famílias homoparentais atravessam na escola, onde suas experiências familiares não são reconhecidas como válidas, o que se expressa na

vigilância e/ou na invisibilização das suas realidades. Isto é problemático, pois essa instituição é um dos principais pilares da nossa sociedade no que tange à constituição das subjetividades e coletividades, o que faz com que se apresente como espaço necessário de legitimação. Dessa forma, ainda que as famílias homoparentais sejam formadas por sujeitos e sujeitas que fogem de algumas noções fixas, muitas delas procuram na escola essa legitimidade.

Assim, o convite foi para pensar as escolas não como espaços de estabelecimento e manutenção de modelos aos quais todas as famílias e todas as expressões sexuais devam se conformar, mas como coletividades que assumem um projeto de transformação social e que buscam elaborar discursos e práticas que tentem dar conta da processualidade da vida cotidiana, para além da cristalização das identidades, para além dos limites da legitimidade, para além das normatividades limitadoras, estourando os rizomas dentro das arvorecências, insistindo nas perturbações das estaticidades. Assim, questionam-se os modelos únicos e obrigatórios, encontrando as permeabilidades, as potências, os dribles, desassossegando os campos, criando novas táticas e imaginando novas relações. Também é importante criar ações capilarizadas que funcionem no nível molecular, como o diálogo e a reflexão com as crianças e suas famílias sobre suas realidades e como elas funcionam de múltiplas formas, sem ter que pertencer ou se encaixar no modelo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

ANDRADE, Daniele da Silva. Enfim mães! Da experiência da reprodução assistida à experiência da maternidade lésbica. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

BUTLER, Judith. El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad. Barcelona: Paidós, 2007. 318 p.

CAETANO, Marcio. Gênero e sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 264 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

DE GARAY, Jimena. Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades. 195 p. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos Investigativos II: novos olhares na pesquisa em Educação. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2002. p. 39-60.

FONSECA, Claudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.16 n.3, p.769-783, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Brasil: Loyola, 2005. 79 p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 34-37

GUATTARI, Félix. Devir mulher. In: \_\_\_\_\_. Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987

GROSSI, Miriam. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. Cadernos PAGU, Campinas, n.21, p. 261-280, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Revista Bagoas, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (org.) O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MELLO, Luiz. Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 223 p.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p.159-181.

PINHEIRO, Camila. Uma família de mulheres. Ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. Rev. Est. Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p.535-47, 2006.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. Revista de Estudos feministas, Florianópolis, ano 3, n.2, p 303-329, 1995.

SCHWARTZ, Patricia. Las lesbianas frente al dilema de la maternidad. In: PECHENY, Mario; FIGARI, Carlos; JONES, Daniel (comp.). Todo sexo es político: estudios sobre sexualidades en Argentina. Argentina: Libros del Zorzal, 2008. p. 193-214.

UZIEL, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p.203-227, 2006.

ZAULI, Amanda. Famílias homoafetivas femininas no Brasil e no Canadá: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco. 434p. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2011.